



Acessibilidade é falha na Secretaria Cidadã, diz relatório do CAU

Prédio do órgão não oferece condições adequadas de mobilidade a pessoas com dificuldade de locomoção. Pasta afirma que está em reforma

14/08/2022 - 19:15



Prédio da Secretaria de Desenvolvimento Social é alvo de críticas (Foto: Fábio Lima)

Destinada à promoção e execução de políticas públicas sociais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), também conhecida como Secretaria Cidadã, está instalada em um edifício sem condições plenas de atender parte do seu público alvo, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ou idosos. É o que mostra relatório do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) que vistoriou o local a pedido do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). No prédio, de quatro blocos, foi encontrada uma série de irregularidades.

Assinado pela gerente técnica do CAU-GO, Giovana Lacerda Jacomini, o relatório revela que o prédio da Seds, localizado na Praça Cívica, nas proximidades do Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual, possui

Continue lendo

Mais lidas

- 1 Acessibilidade é falha na Secretaria Cidadã, diz relatório do CAU
- 2 Após mutirão inédito, Prefeitura conclui entrega de cestas básicas em Goiânia
- 3 Polícia Técnico-Científica não encontra falha mecânica em carro que invadiu...
- 4 Em vídeo, professora diz a alunos que homossexualidade "tem todos os...
- 5 Semana da Justiça Pela Paz em Casa orienta mulheres sobre violência...

parte dos banheiros não há espaço para movimentação e manobras de cadeiras de rodas.

O bloco principal da Seds é um dos prédios que fazem parte do conjunto em estilo art déco da Praça Cívica, tombado pelo patrimônio histórico. Os demais são anexos construídos ao longo dos anos. Construído nos primórdios de Goiânia para abrigar os serviços de estatística de Goiás, o edifício foi a sede durante anos do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em 2018, depois de se transferir para nova sede, o TCE o doou para a Seds. A pasta informa que fez uma reforma emergencial, mas reconhece as limitações de acessibilidade do prédio, até mesmo pelo seu tombamento. “Estamos providenciando todas as adequações possíveis”, informa o órgão em nota. Uma reforma está em andamento para atender as exigências previstas em procedimento aberto pelo MP.

Um dos problemas detectados pelo CAU está justamente na recepção. Quando recebeu o prédio, a Seds construiu uma rampa na lateral da entrada principal, mas esta dá acesso a uma porta que fica fechada. “Isso já gera uma segregação. O correto é que o acesso seja livre e independente, sem precisar solicitar para alguém abrir”, lembra a gerente técnica do CAU. O órgão diz que esse obstáculo já foi solucionado. “Alterações emergenciais já foram realizadas, como garantia de acesso pela rampa da entrada principal, direcionamento de servidores para auxiliar pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e instalação dos serviços voltados para esse público em locais de fácil acesso.”

A Seds reforça que estão em execução serviços para melhorar a estrutura de todos blocos, incluindo ações mais complexas que promovam acessibilidade. “Toda a sinalização dos blocos está sendo refeita. O intuito é garantir a adequação necessária para receber o cidadão”, diz a nota. A pasta é responsável, entre outras atividades, por gerir vagas no mercado de trabalho para pessoas portadoras de deficiência e promover atividades socioculturais para a camada idosa da população.

62 99995 2795

BUSCAR

ELISA

ANUNCIE AQUI

ASSINE JÁ

A partir de
R\$4,90

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO CIDADES ESPORTE MAGAZINE LUDOVICA COMPANHIA
PODCAST INFOMERCIAL BIBLIOTECA PUB. LEGAL

pedido do MP na sede anterior, no Setor Universitário, mas com a mudança e o requerimento renovado, fez novo relatório tendo como alvo o edifício da Praça Cívica. “O que queremos saber é se as instalações oferecem condições de acesso e segurança a pessoas com dificuldade de locomoção, que precisam de uma estrutura diferenciada,”

A vistoria foi realizada em maio deste ano, mas o relatório está sendo divulgado agora pelo CAU-GO dentro de uma série de atividades que o Conselho vem realizando com o objetivo de ampliar a acessibilidade em edifícios de uso público. Esta semana, 24 arquitetos e urbanistas que atuam na Secretaria Estadual de Educação (Seduc), Secretaria de Planejamento e Habitação (Seplanh), Crea-GO e Ministério Público de Goiás (MPGO) participaram do curso Acessibilidade em Locais de Ensino ministrado pelo CAU-GO a partir de uma articulação em parceria com o Ministério Público e a Seduc.

Durante o curso, os profissionais vivenciaram situações semelhantes àquelas vividas por pessoas com mobilidade reduzida. Com olhos vendados, usando muletas ou cadeiras de rodas, eles puderam perceber o quanto calçadas, rampas, corredores e degraus se transformam em barreiras intransponíveis. “O CAU está à disposição de toda a sociedade para orientar sobre o que é preciso ser feito para que as instalações públicas tenham acessibilidade. Somente um arquiteto/urbanista tem habilitação e conhecimento para este tipo de trabalho”, afirma Giovana Jacomini.

Leia também:

- [62% dos deslocamentos em Goiânia são demorados, diz pesquisa](#)
- [15 bairros estão sem asfalto em Goiânia](#)
- [Goiânia pode ganhar ciclovias de 8km entre os Câmpus Samambaia e Universitário da UFG](#)

Escolha seu assunto favorito.